



## RESENHA

**SILVA, Giovani José da & COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Histórias e culturas indígenas na educação básica*. Belo Horizonte, Autêntica, 2018.**

*Maurício Silva<sup>1</sup>*

Com a promulgação da lei 11.645, em 2008, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígenas na Educação Básica, os livros que tratam da *temática indígena* nas escolas ganharam novo fôlego e sua produção tem crescido consideravelmente. Assunto até então relegado às notas de rodapé dos livros escolares; ou a abordagens “viciadas” acerca da participação dos indígenas em nossa história e cultura; ou, finalmente, a especialistas que, por interesse pessoal e profissional, se especializaram no tema, a “questão indígena” no Brasil passou a ser objeto de atenção de alunos e professores, senão numa dimensão desejável, ao menos de forma bem mais efetiva do que fora até aquele momento.

É o que vem comprovar a publicação de mais um livro sobre o assunto: *Histórias e culturas indígenas na educação básica*, dos professores e pesquisadores Giovani José da Silva Anna Maria Ribeiro Costa. Iniciando exatamente com considerações acerca da importância da referida lei, os autores apresentam ao leitor um vasto universo de informações, considerações teóricas e propostas práticas acerca da temática indígena a ser trabalhada na sala de aula, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre esta matéria, tanto para professores quanto para alunos.

Lembrando que o termo índio já não se mostra suficiente para abranger toda a complexidade e diversidade da presença dos povos primitivos nas Américas, os autores destacam a necessidade de termos que expressem melhor essa realidade (*indígena*, no Brasil; *campesino* e *pueblo originario*, na Bolívia; *native people* ou *indigenous people*, nos Estados Unidos etc.) e alertam para a diversidade de línguas, crenças, cosmogonias, tradições e manifestações culturais de todos esses povos. Toda essa riqueza e diversidade foi, de certo modo, solapada pela estratégia

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Nove de Julho.



colonial de criar uma imagem depreciativa do indígena americano, justificando, assim, seu extermínio e escravidão. Some-se a isso, o tratamento igualmente exploratório dado a essas populações por aqueles que aqui se instalaram, com a especulação fundiária, o desmatamento etc.

Tratando especificamente da cultural material e imaterial dos indígenas, os autores dão destaque para a produção artesanal (cultura material) e da cosmovisão (cultura imaterial) daqueles povos, lembrando que os artefatos criados por eles são, entre outras coisas, “emblemas de pertencimento a certas categorias sociais” (p. 39), além de sua função ornamental, ritualística e lúdica. Destacam, também, a relação entre conhecimento e coletividade, nos seguintes termos: “na organização social indígena, a aquisição do conhecimento é um ato coletivo, caracterizada por processos tradicionais de aprendizagem de tradições, saberes e costumes, passados de geração em geração, próprios de cada etnia” (p. 44). Como conclusão, afirmam que “a cultura material carrega um precioso conjunto de informações revelado por uma linguagem embutida em cada um dos artefatos, capaz de expressar manifestações presentes nos diversos segmentos das sociedades indígenas. A matéria-prima, as técnicas, o ambiente, a organização social e os conhecimentos mágicos e cosmológicos se revelam nos artefatos, armazenando em si e em situações correlatas, informações que dimensionam a cosmovisão indígena. Vista como mantenedora de identidades étnicas, a cultura material permite desvendar segmentos da vida e, ainda, contribui para a manutenção do ser e dos saberes indígenas” (p. 63).

Ao tratar especificamente da educação, em especial da lei 11645/08 e a temática indígena na educação básica, os autores destacam a presença dos estereótipos em relação às comunidades indígenas na escola, entre os quais a ideia de que se trata de povos aculturados. Realizando um panorama do percurso histórico dos indígenas no Brasil, desde a República (do Serviço de Proteção aos Índios, de 1910, passando pela FUNAI, de 1967, e pelo Estatuto do Índio, de 1973, até os dias atuais), os autores lembram que a atual lei 11.645/08 resulta da luta dos movimentos indígenas e indigenistas, para quem “os indígenas são considerados protagonistas de sua própria história, isto é, atores sociais participantes de diversos segmentos da sociedade civil (...) com o objetivo de lançar luz sobre sua condição de grupos minoritários, marginalizados historicamente pela sociedade não indígena em virtude de sua condição étnica” (p. 89).

Finalmente, o livro discute a questão dos direitos indígenas, fazendo um percurso pelas constituições brasileiras (de 1891 a 1988); e apresenta a relação entre a história, culturas indígenas e meios de comunicação, sugerindo a utilização de recursos audiovisuais em sala de aula ou tratando da representação dos índios na literatura.

Abrangente, sem ser ambicioso, trata-se de uma obra de inegável importância para quem quer adentrar o universo da temática indígena na escola, servindo, ao mesmo tempo, de texto teórico e manual prático para a atividade docente em sala de aula, o que é mais do que bem vindo nestes tempos em que ainda se verifica uma relativa carência de textos nesta área.